

A política externa brasileira no Prata em meados do século XIX

Uma história regional

Brazilian foreign policy in Silver in the mid-nineteenth century
A regional history

Jaqueline Schmitt da Silva*

Resumo: A história das relações entre Brasil e região platina vem rendendo estudos importantes, tanto na historiografia brasileira, como na dos países da região, numa tentativa de esclarecer diversos pontos acerca da trajetória desses países no processo de construção nacional, bem como da influência que exerceram nos processos políticos uns dos outros. Este trabalho tem como objetivo definir o conceito de região utilizado na escrita de um trabalho que visa compreender a história da política externa brasileira em meados do século XIX. Para isso, parte-se do pressuposto que a definição de região vai além do estabelecido geograficamente, sendo um conceito muito utilizado pelas ciências em diferentes áreas e cada vez mais indispensável para o estudo da história.

Palavras-chave: região; história regional; política externa brasileira.

Abstract: The history of relations between Brazil and platinum region is yielding important studies, both in Brazilian history, such as the countries of the region in an attempt to clarify several points about the trajectory of these countries in the process of national construction, as well as their influence on political processes to each other. This work aims to define the concept of region used in writing a work that seeks to understand the history of Brazilian foreign policy in the mid-nineteenth century. For this, we start from the assumption that the definition of the region goes beyond the established geographically, being a concept widely used in science in different areas and increasingly indispensable for the study of history.

Keywords: region; regional history; Brazilian foreign policy.

O termo Região e a História Regional

Tendo em vista que a História Regional vai muito além do estudo do significado geográfico de região, definida por um espaço natural, e também perpassa o contexto das relações locais, buscamos trazer presente neste texto o porquê do estudo das relações Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, no século XIX, inseridas no âmbito da História Regional.

Tendo como base a afirmação de Lucien Febvre, que nos diz que “o meio de conhecer a grande história é possuir a fundo, em todo o seu desenvolvimento, a história de uma região”, podemos começar a pensar a História Regional e sua importância para a construção de uma

* Licenciada em História (UPF) e Mestre em História (UPF). Professora da Rede Pública de Ensino do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: jaqueline.schmitt@hotmail.com

história mais abrangente, uma história global. Assim, quando refletimos sobre o nosso objeto de pesquisa, que são as relações entre determinados países, de uma determinada região, num determinado contexto, estamos fazendo um recorte que posteriormente poderá compor uma história da política externa de um país, num contexto mais amplo e abrangente. Conforme Reckziegel: “O que se pretende afirmar é que a história regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas.”¹

O conceito de região, no âmbito desse trabalho, é visto menos como um espaço físico e mais como um conjunto de relações estruturadas em torno de particularidade que compõe um todo. Assim sendo, esta região precisa estar articulada com este todo para que sua história faça sentido e também contribua para uma análise mais abrangente.² O fazer história regional também implica relacionar este regional com o geral. A identidade regional é constituída pela cultura de uma região, porém, devem ser compreendidos os seus entrelaçamentos sociais com outras regiões e com a sociedade global. Identidades que sofrem as determinações vindas do ambiente externo e acabam sendo construídas internamente.³

Estudar as relações entre países, mesmo que ainda em construção (estado e territórios), como no caso da região platina em meados dos oitocentos, pode trazer à tona uma questão importante quanto à delimitação espacial no que se refere à região, que vai além das fronteiras territoriais estatais, politicamente definidas. Nesse contexto, a questão da identidade merece destaque porque ela confere à região um diferencial que possibilita a sua delimitação, tendo como base um conjunto de especificidades que a constituem.⁴

Ilmar Mattos, na obra *O tempo Saquarema*⁵, traz presente uma pequena discussão acerca do conceito de região, mas que reforça nossa concepção. Para ele, a região não deve ser reduzida aos limites administrativos, a região deve ser compreendida como algo dinâmico:

E isso porque, se a região possui localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico [...]. (MATTOS, 2011, p. 36.)

A região é compreendida a partir de duas variáveis, espaço e tempo, associadas às relações sociais que se articulam interna e externamente. Os limites de uma região se construiriam muito mais pelos limites sociais do que pelos limites físicos: “A região, assim, como uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens, dos processos adaptativos e associativos que vivem, além das formas de consciência social que lhes correspondem.”⁶

Fazer história regional não implica em fragmentar ou contrapor o sentimento de unidade nacional, como defende Anne-Marie Thiesse no texto *Regionalismo e identidade na França durante a Terceira República (1870-1940)*.⁷ A França possui uma tradição de centralismo que remonta ao antigo regime monárquico e que é fortalecido por todos os outros regimes políticos que o sucederam. Nesse texto, a autora busca explicitar os regionalismos existentes na França centralizada e como este se desenvolve, não em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual da reunião nacional.

O regionalismo francês não foi construído para contrapor a ideia de nação, ao contrário, surgiu como saída para os problemas que esta vinha enfrentando. O primeiro deles foi o excesso de centralismo. O regionalismo desempenhou na história francesa o elemento de consolidação da identidade nacional, relegado com frequência ao segundo plano e colocado em evidência nos períodos de crise.⁸ E assim, o patriotismo passou a ser difundido através da diversidade regional, e a escola da república foi o difusor dessa ideia. Assim, passou-se a buscar a beleza natural da diversidade francesa, como exaltação do sentimento nacional de patriotismo.⁹

O fato de o imaginário regionalista impregnar o pensamento coletivo francês se deve em boa parte ao ensino primário na Terceira República. Foi proposto que a partir do ambiente em que o aluno vivia, este passasse a ver a pátria, passando a desenvolver o sentimento de patriotismo aliado a ideia de que esta era a união de todos os diferentes componentes da nação, deixando as diferenças mais para o plano geográfico e tornando as regiões estruturas importantes. Era muito mais interessante construir o sentimento de pátria a partir de um mundo rural mitificado do que da realidade urbana e verdadeira, repleta de problemas e conflitos. É nesse contexto que a vida camponesa passa a ser valorizada em contraposição à realidade urbana.¹⁰

A história regional apresentada por Thiesse nos permite compreender que ela não simboliza a fragmentação de uma história maior, desde que referida constantemente ao todo e servindo como vetor de união. Como na França as manifestações de regionalismo puderam resolver problemas de centralização, pensando a questão histórica brasileira, podemos ter os regionalismos como meios de dignificar a diversidade e a riqueza que compõe uma unidade nacional.

O termo região é utilizado de diferentes maneiras pelas ciências. Assim é preciso explicitar claramente sobre a sua utilização e a forma como será abordado. No caso, deveremos abordá-lo tendo um vista um estudo de história da política externa e relações internacionais. Nesse contexto, Heredia traz algumas contribuições, ao afirmar que a região

deve ser observada como um espaço dinâmico e mutante, que deve ser compreendido na sua dimensão histórica, como um espaço habitado pelo homem e, portanto, como categoria para o conhecimento do homem e não da natureza.¹¹

A concepção de região sofreu um impacto grande frente à globalização. A partir daí passou a pensar sobre os conteúdos que constituem uma região. Durante muito tempo, os historiadores não se fixaram no estudo da região além do seu conteúdo geográfico. Lançavam-se em análises visando recompor processos históricos tendo como base e delimitação o conceito de região limitado por divisões políticas e administrativas, e não sociais. Os avanços nos estudos interdisciplinares permitiu que tais conhecimentos relacionados à região e ao regional avançassem e tomassem significações diferenciadas, adaptando o conceito conforme a perspectiva de análise. Assim, o conceito de região humanizou-se, o homem apareceu como componente importante do espaço geográfico. Essa ideia de encontro entre homem e natureza pode ser fundamental para compreensão da persistência das regiões, culturais e naturais, frente à globalização.¹²

O conceito de região começa a enriquecer-se, a fazer-se mais complexo, já que aparece como um produto criado idealmente pelo homem, se desprendendo da natureza e do meio geográfico, adquirindo consistência própria, através da observação do meio e das ideologias das pessoas. Este fenômeno se dá em cada indivíduo em interação com os demais, conformando um imaginário social. Poderia se afirmar que o espaço é a ideia de base pela qual o homem forma o conceito de região. A região é uma criação do homem feita a partir de um olhar contemplativo e subjetivo do meio circundante. A região é basicamente, a ideia que se tem do meio, cuja extensão física e concreta compreende todo o espaço onde o homem reconhece a persistência e o predomínio do que sente que lhe é próprio.¹³

Outra dimensão ligada ao espaço, além da regionalização e da globalização, é a ideia de nação. A nação é uma obra coletiva, que se realiza permanentemente através do comportamento dos cidadãos na vida política e social, e por obra do Estado. Um dos campos em que a nação se consagra como tal e onde precisa revalidar sua condição é nos meios internacionais. Fomentar o nacionalismo nos seus habitantes é uma ação do Estado que busca cada vez mais a legitimação. Assim, as regiões são uma categoria real e que tem ação real nas relações internacionais.¹⁴

É possível estabelecer três formas para entender a regionalização na América Latina: uma que entende como forma de composição da nação; outra que entende como grupo de nações vizinhas, reunidas por razões históricas, geográficas, estratégicas, etc., que podem ser reunidas como unidade de análise. A terceira é que entende a regionalização como uma

maneira de conceber a América Latina como um setor identificável, capaz de adquirir uma personalidade internacional e de ser reconhecida.¹⁵

Através dessa forma de compreensão, podemos pensar que o estudo das relações entre os países que compõem a região platina, se encaixa nos termos regionais definidos por Heredia, pois os países formam um grupo de nações que mantêm relações diferenciadas perante as demais na América Latina. Nessas relações, as nações têm objetivos em comum, como o de buscar o reconhecimento e o respeito em âmbito nacional, regional e internacional; ou até mesmo de se impor uma a outra.

O entrelaçar de interesses: relações dos países platinos em meados do XIX

Os anos de 1850 representavam o início de novos tempos na história do Brasil. Havia uma estabilidade política, entretanto, questões importantes ainda precisavam ser solucionadas. A definição dos limites pode ser citada como das mais urgentes, especialmente na região da Bacia do Prata, assim como a afirmação do Brasil como país forte e soberano. Nessa região os conflitos políticos, com disputas por poder e territórios, efervesciam. Somente após as definições de limites com os países vizinhos o Estado brasileiro estaria consolidado.

Amado Cervo, na obra *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores*, aborda o tema e afirma que naquele momento os interesses essenciais do Brasil exigiam a solução para os problemas de fronteiras. Ou seja, além das questões de âmbito interno, no que tange a política externa eram necessárias ações que fortalecessem o país. Depois de passado um período de neutralidade, chega o tempo em que o Império passa a fundamentar suas ações nos interesses nacionais, e no Prata tem-se um espaço onde poderia o Brasil obter sucessos que lhe traria prestígio diante das grandes potências. Em decorrência de tais questões passou a dedicar atenção para as políticas de definição de limites, que eram vistas no Parlamento como garantia de paz, amizade e boas relações com os países vizinhos.¹⁶

Tal política de neutralidade também é pensada por Gabriela Nunes Ferreira, na obra *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*¹⁷. Nesse momento ocorre a retirada da intervenção anglo-francesa, a questão do tráfico de escravos era solucionada pelo Brasil, questões do Rio Grande do Sul e de suas relações conturbadas com os países platinos forçavam o governo imperial, em meados do século XIX, a tomar alguma atitude diante dos acontecimentos, pois o contexto favorecia mudanças na política do Império com relação aos seus vizinhos do sul.¹⁸

As questões com o Uruguai estiveram em evidência, especialmente a partir do momento em que representantes do Rio Grande do Sul obtiveram assento na Câmara dos Deputados e passaram a defender seus conterrâneos residentes em tal país, um deles foi José de Araújo Ribeiro. Durante a guerra Farroupilha muitos rio-grandenses penetraram em território uruguaio e, posteriormente, com Oribe no poder, a situação complicou-se devido à criação de um imposto para o gado que saísse daquela república para o Rio Grande do Sul, sendo logo decretada a proibição da passagem de gado. Havia queixas de roubo de terras, violência e assassinatos. Ao invés de regular a saída de gado, Oribe impunha uma proibição considerada abusiva pelos rio-grandenses.¹⁹

De acordo com Ferreira, Tomás Guido, que era representante argentino no Brasil, defendia as políticas empreendidas pelo General Oribe no Uruguai para exercer controle sobre o gado que os brasileiros residentes no Rio Grande possuíam na República Oriental. O ministro argentino observava a necessidade de verificar o gado que saía e entrava no Uruguai, uma vez que a maioria dos estancieiros daquele país estava em guerra e sendo assim, não conseguiam cuidar devidamente de suas propriedades. Era preciso evitar que gado fosse roubado por gaúchos que, desejando se aproveitar da situação daquele país, resolvessem tirar proveito e aumentar suas fortunas.²⁰

A posição do ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Uruguai, deixava transparecer o fato de que os conflitos no Prata atingiam o Império brasileiro. Esses acontecimentos fortaleciam a decisão da nova política na região, que visava pôr fim aos conflitos locais. Em tais questões, vale dizer que não existiam *saquaremas ou luzias*²¹, a filiação partidária perdia a importância, pois havia necessidade de união para vencer questões de nível externo, havia uma maturidade até então não alcançada, como afirma Cervo.²²

O pensamento parlamentar evidencia algumas contradições, pois se opõe à intervenção dos britânicos no Brasil, que desejavam pôr fim ao comércio de escravos, em nome da dignidade nacional, e, apesar disso, apoia uma política ativa na região platina, de intervenção solidária e humanista. “A coerência do pensamento exigia, pois, superar a contradição”. Entretanto, o quadro político vigente na região sul, com Rosas na Argentina e Oribe no Uruguai, vistos como usurpadores, fazia com que as simpatias do governo brasileiro se inclinassem para Urquiza, através da assinatura de um convênio de aliança, entre Brasil, Montevideu, Entre-Rios e Corrientes, contra Oribe em 1851.²³

Teixeira Soares, no trabalho *Diplomacia do Império no Rio da Prata*²⁴, afirma que nesse período o governo imperial compreendia como inevitável o fim bélico das desinteligências entre os países platinos. Por isso a diplomacia promoveu negociações que

culminaram com a assinatura do Tratado celebrado contrário aos desmandos de Oribe e as forças argentinas que predominavam no Uruguai. Era a primeira vez que o Império do Brasil entrava numa negociação diplomática de tal porte, que visava a pacificação do território uruguaio e também a navegação do Rio da Prata ao comércio dos aliados. Os dois tratados assinados em 12 de outubro de 1851, de Limites, Comércio e Navegação, entre Brasil e Uruguai, representaram a definição dos limites entre os dois países. Além disso, consagrava-se o objetivo do governo imperial de conseguir a livre navegação dos rios da Prata pelas partes contratantes.

A diplomacia imperial evoluía em suas ações e alcançava importância na região. Todavia, opiniões divergentes nos trazem um pouco das polêmicas evidenciadas através das intervenções brasileiras no Prata. Soares indica como “injusta” a declaração do historiador Oneto y Viana, que classificava como abusiva a intervenção brasileira na política interna, no desenvolvimento da economia e nas finanças do Uruguai através dos tratados assinados em outubro de 1851. O historiador utilizava o termo submeter, para denominar a atitude brasileira diante da república vizinha.²⁵

O intervencionismo solidário, visando à felicidade e o bem das nações vizinhas, foi amplamente difundido no parlamento brasileiro para defender as ações empreendidas pelo governo na região platina. Outra teoria que obteve respaldo foi que os parlamentares alimentavam uma “consciência de superioridade” das instituições monárquicas brasileiras com relação à infraestrutura dos países da América hispânica, onde, segundo estes, havia predominado a política dos caudilhos, a mandar e desmandar, a lei da força bruta, a base de ódios e sangue; com exceção do Chile, o qual era considerado pelo governo brasileiro como um espaço de paz e ordem.²⁶

Vale dizer que a intervenção não era uma prática defendida de forma unânime entre os parlamentares. Montezuma foi um dos favoráveis a manutenção da neutralidade. Teórico da não intervenção considerava Urquiza um rebelde e se Rosas atingia seu povo, segundo o parlamentar, cabia a ele reagir. “O Senado brasileiro não é ‘nenhuma sociedade’ humanitária, destinada a recolher fundos para minorar o sofrimento daquelas vítimas.” Por outro lado, contrapunha-se o pensamento da segurança, que no pensamento político da época significava um equilíbrio no Prata, com divisão dos Estados de forma favorável ao Brasil. As doutrinas da segurança e do intervencionismo humanitário tinham como principais teóricos e defensores Honório Hermeto Carneiro Leão e Assis Mascarenhas.²⁷

Montezuma acabava sendo uma voz isolada, incapaz de vislumbrar os interesses nacionais na conjuntura que se apresentava. A Argentina, dominada por Rosas, guiado por

impulsos de anexação das repúblicas vizinhas e Oribe defensor de ideias semelhantes, constituíam um cenário preocupante. Se Urquiza vislumbrava esse mesmo contexto, era aliado natural do Brasil.²⁸

Montezuma tinha opiniões divergentes pois no contexto que se apresentava, a intervenção visava atender aos interesses das elites produtoras de charque sulinas, o que de certa forma, tornava nacional um problema que não acometia todo o país. A questão dos estancieiros que naquele período estavam tendo sérios prejuízos em virtude dos impostos cobrados por Oribe para a passagem de gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul constituía um clima de grande animosidade também com o Brasil, pois os rio-grandenses exigiam que o Império defendesse seus súditos diante dos desmandos de Oribe. Porém, não se pode deixar de mencionar o grande interesse que o Império possuía naquela região, o que pode fazer dessa intervenção de fato um interesse nacional. Além de defender os súditos sulinos, interessava ao Brasil garantir seus interesses, conquistar a livre navegação dos rios platinos, buscar circunstâncias favoráveis para a resolução dos problemas de fronteiras, deter o caudilho Manuel Rosas, bem como buscar um destaque do Império diante dos demais países sul americanos.

Sobre o contexto anterior a intervenção, Calógeras diz que “um ambiente de suspeitas e de intrigas envenenava tudo, projetos, planos e ações diplomáticas”.²⁹ As convulsões nos países limítrofes traziam frequentes problemas ao Império e depois que Oribe começou a dificultar a passagem de gado nas fronteiras do Rio Grande do Sul com o Uruguai, os problemas se intensificaram, porque aí já se configurava um problema interno e reacendiam os problemas do Império com aquela província caso o primeiro não tomasse atitudes que protegessem os interesses de seus súditos sulinos. Depois de um longo período de guerra entre os farroupilhas rio-grandenses e as forças imperiais, temia-se uma nova rebelião, fato que enfraqueceria e desorganizaria o Estado Imperial.

Os fatos nesse período de início dos anos 1850 se processavam no Parlamento brasileiro, de acordo com Amado Cervo, com posições divergentes e predominância do pensamento intervencionista. Oribe cai em outubro de 1851 e Rosas é derrotado na Batalha de Caseros em três de fevereiro de 1852.

Teixeira Soares afirma que Rosas “perdeu-se porque governou pela violência e não pela clemência”. Constituía para a Chancelaria do Império a personalidade de um homem que representava o desejo de expansão territorial. O ditador queria a realização de dois feitos importantes: a incorporação do Uruguai e a neutralização da política do Império no Prata.³⁰ A queda de Rosas, segundo este autor, representou para a Argentina uma “organicidade

política”, pois a retirou do estado de guerra entre as províncias, com um governo que buscava a centralização de estados que já se consideravam independentes. Após a queda do ditador, Urquiza teria a chance de iniciar a grande obra de constitucionalização da Confederação Argentina.³¹

A constituição argentina, sancionada em 1º de maio de 1853 e promulgada pelo General Urquiza em 25 de maio daquele ano, estabelecia no artigo 26 que a navegação dos rios interiores da Confederação seria livre para todas as bandeiras, com sujeição a algumas regras ditadas pelas autoridades nacionais.³² Em 1856, após avaliação dos resultados das missões e de obter apenas dois tratados de limites, com o Peru e o Uruguai, mantém-se a convicção, no governo do Império, que a única alternativa para a paz é a solução de todas as questões de limites.³³

Após a batalha de Monte Caseros, a Argentina entra em crise política tendo como motivo o golpe de estado de 11 de setembro de 1852, quando Buenos Aires se separa da Confederação. Somente com os convênios de 1854 e 1855 que a paz ganhou espaço novamente. Posteriormente, em 7 de março de 1856, o Império assinou com a Confederação um Tratado de Amizade Comércio e Navegação, celebrado por Abaeté, onde a diplomacia brasileira garantia outra vitória: a navegação dos países ribeirinhos pelo Rio da Prata. Esse tratado declarava estar de acordo com as tratativas de 1828 e 1851. A república do Uruguai fez algumas críticas a este tratado por entender que o seu governo deveria ter sido convidado como parte contratante, uma vez que era mencionado no acordo em que Argentina e Brasil comprometiam-se a defender sua integridade.³⁴

Na obra *Uma História Diplomática do Brasil*³⁵, o autor traz presente aspectos importantes sobre a realidade platina na época, tratando também da importância da intervenção brasileira nos conflitos que ocorriam a sua revelia no Prata:

O principal objetivo era acabar com o regime de caudilhismo que ameaçava nossas fronteiras e favorecia a implantação de governos instáveis e irresponsáveis. Era necessário intervir para preservar nossas fronteiras, a vida e a propriedade- especialmente o gado- de nossos patrícios.³⁶

Observamos nesse contexto da história do Brasil Império que as relações exteriores com os países vizinhos eram intensas e importantes para a construção nacional que se dava em âmbito interno. Com relação ao Paraguai, O Brasil assinou em março de 1850, um tratado de aliança defensiva com duração prevista de seis anos. Ficou estabelecido por esse tratado: a ajuda mútua dos dois governos diante de ataques argentinos ou de Oribe; que se auxiliariam para viabilizar a livre navegação dos rios Paraná até o rio da Prata; o fornecimento de artigos

para ambos os exércitos; ocupação do território de Missões em caso de ataque ao Paraguai ou Brasil; a ajuda do governo paraguaio na defesa da independência uruguaia.³⁷

As dificuldades do Império com o país guarani surgiram de duas questões principais: a navegação dos rios platinos e a definição dos limites. O *uti possidetis* era o princípio que regulava desde a independência as terras americanas. Somente após 1840, com a morte de Francia, que o Paraguai começou a manter relações diplomáticas, permanecendo no período anterior num grande isolamento. Após manter relações de amizade com o Brasil, iniciaram as negociações para a solução da questão de limites.³⁸

Paulino José Soares de Souza, via na aliança com o Paraguai um fator importante para o Brasil, pois o fortalecia no contexto platino. Além disso, para todos os efeitos, o governo brasileiro lutava contra o general Oribe- quanto às forças argentinas, só seriam interceptadas caso o destino fosse auxiliar o general Oribe- e precisava de aliados nesse contexto conflituoso.³⁹ Em novembro de 1851, Paulino Sousa tentava convencer López a aderir à aliança contra Rosas. Entretanto, o Paraguai ficaria fora da luta final contra o ditador argentino.⁴⁰

Até a queda de Rosas o Paraguai fez acordos e se relacionou bem com o Império, que havia reconhecido sua independência em 1844, comprando com isso o ódio do ditador argentino. Entretanto após o fim da ameaça de Rosas, Teixeira Soares nos diz que Carlos Antônio López passou a se esquivar e fugir das negociações com o Império.⁴¹

Em dezembro de 1854, o Império brasileiro enviava ao Paraguai uma missão a fim de resolver contendas com tal país. A missão Pedro Ferreira de Oliveira teria as seguintes funções: reclamar sobre atos praticados contra o representante do Império naquela república, exigir a navegação dos rios Paraná e Paraguai de acordo com a convenção de 25 de dezembro de 1850, propor a assinatura de um Tratado de Comércio, Navegação e Limites.⁴²

López, ao saber que a divisão naval comandada por Ferreira de Oliveira ancorara em Corrientes, concentrou um exército para receber a missão brasileira, que quando chegou às águas paraguaias foi avisada que não poderia seguir adiante, a menos que sua missão tivesse caráter pacífico. Em nota, Ferreira de Oliveira comunicou a diplomacia sobre a sua missão, que tinha como objetivo resolver as questões pendentes com o Paraguai. O Paraguai, ao mesmo tempo em que ficava satisfeito pelo desejo de ajustar limites vindo por parte do Império, por outro lado ficava intrigado com o aparato naval com que se apresentava o representante brasileiro.⁴³

Joaquim Nabuco, em *Um estadista do Império* relata que com a expulsão de Assunção por López do representante brasileiro Pereira Leal, criou-se uma situação de grande

desinteligência entre ambos os países. Para exigir uma resposta às atitudes tomadas pelo Paraguai, o Imperador mandou àquela república uma esquadra. Tal missão, na opinião do autor, teria sido um verdadeiro desastre diplomático.⁴⁴

O fracasso da missão Ferreira de Oliveira se deve também ao tratado feito pelo diplomata brasileiro no Paraguai, que não foi ratificado pelo governo brasileiro. O diplomata brasileiro conseguiu firmar com López um acordo que não garantia a livre navegação dos rios e também que definia os limites não de acordo com os interesses do Império. Eram milhas de terras em mãos do Brasil que eram reconhecidas como paraguaias. Em 1856 foi enviado ao Brasil Berges, representante paraguaio, para tentar resolver assuntos pendentes. Em 06 de abril daquele ano, foi assinado um tratado de Amizade, Comércio e Navegação, por José Maria da Silva Paranhos e o diplomata da república em questão.⁴⁵

Em 1858, Paranhos é enviado ao Paraguai para resolver questões ainda pendentes com aquela república. Iria resolver problemas num ambiente hostil. Depois de muitas negociações assinou com López um tratado de verdadeira inteligência e prática do Tratado de 06 de abril de 1856, declarando a liberdade de navegação dos rios. Paranhos vai julgar ter libertado, enfim, o Mato Grosso do isolamento, porém, a história dará provas que ainda não seria dessa vez.⁴⁶

A expulsão de Pereira Leal do Paraguai foi vista como uma grande afronta ao Império. Depois da queda de Rosas graças à atuação imperial, que representava um grande perigo a soberania do governo paraguaio, aquele governo não queria respeitar o acordo feito em 1850 sobre a livre navegação dos rios para o Império. Por outro lado o Paraguai temia que concedida a livre navegação, o Império levasse até o Mato Grosso armas para uma possível ofensiva contra a república. A definição de limites seria uma preocupação do Paraguai naquele contexto, o qual teria sido informado dessa missão antes dela acontecer, portanto não foi pego de surpresa.⁴⁷

Considerações finais

Para concluir, citamos Bordieu, para quem a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma é a representação que dela fazemos. Dessa forma a delimitação regional é feita por quem nela vive, sendo a identidade regional um produto da ação humana: “por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá a transformação da realidade”.⁴⁸ Podemos interpretar o autor da

seguinte maneira: o historiador olha para um determinado espaço, num certo tempo, e lhe caracteriza como uma região, onde se deram relações sociais e políticas específicas, passíveis de ser estudadas. Dessa maneira, a região ou o regional, podem tomar formatos que diferem das divisões estabelecidas pelas administrações políticas e pelos Estados, pois compreendem teias de relacionamentos únicas e que superam as delimitações que excluem o vetor humano e social.

Geograficamente, a região possui o sentido de um território definido por fronteiras naturais e políticas. Porém, as relações de poder vão além das delimitações pré-estabelecidas, ultrapassando fronteiras e construindo um espaço peculiar, onde se dão determinadas relações. A região platina, no qual se processam os acontecimentos estudados, deve ser entendida como um espaço onde as relações culturais, sociais, e políticas perpassam as delimitações naturais. Este espaço regional precisa ser compreendido pela sua historicidade, aliando o aspecto espacial à ação humana, numa época determinada.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2º edição, 1998, p.107-132.
- CERVO, Amado Luiz. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- HEINSFELD, A.; BATISTELLA, A.; RECKZIEGEL, Ana Luiza; MENDES, J. (orgs.). **Fazendo História Regional: Política e Cultura**. Passo Fundo: Méritos, 2010.
- HEREDIA, Edmundo. La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. **III Jornadas de las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohllof de. **O tempo Saquarema**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo : Ediupf, v. 1, 1999, p. 15-23.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. **Uma história diplomática do Brasil**. Org. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- SOARES, Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955.
- THIESSE, Anne-Marie. La Petite Patrie Enclose Dans La Grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870- 1940). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 8, nº 15, 1995.
- VISCARDI, Claudia. **História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas**. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 3, n.1.

Notas

- ¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo : Ediupf, v. 1, 1999, p. 15-23. p. 20.
- ² HEINSFELD, A.; BATISTELLA, A.; RECKZIEGEL, Ana Luiza; MENDES, J. (orgs.). *Fazendo História Regional: Política e Cultura*. Passo Fundo: Méritos, 2010. p. 05.
- ³ BASSAND, M e GUINDANI, S. Maldéveloppement regional et luttres identitaires. Apud RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo : Ediupf, v. 1, 1999, p. 15-23. p. 19.
- ⁴ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo : Ediupf, v. 1, 1999, p. 15-23. p. 19.
- ⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- ⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2011 p. 35-36.
- ⁷ THIESSE, Anne-Marie. La Petite Patrie Enclose Dans La Grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870- 1940). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 8, nº 15, 1995. p. 03-16.
- ⁸ THIESSE, Anne-Marie. La Petite Patrie Enclose Dans La Grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870- 1940). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 8, nº 15, 1995. p. 03-16. p. 05.
- ⁹ Idem. p. 07.
- ¹⁰ Idem. p. 11.
- ¹¹ HEREDIA, Edmundo. La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *III Jornadas de las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires, 1996.p. 292.
- ¹² HEREDIA, Edmundo. La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *III Jornadas de las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires, 1996.p. 294.
- ¹³ Idem. p. 296.
- ¹⁴ Idem. p. 300-301.
- ¹⁵ Idem. p. 304.
- ¹⁶ CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 16.
- ¹⁷ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- ¹⁸ Idem. p. 146.
- ¹⁹ CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*.p. 56.
- ²⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.p. 152.
- ²¹ De acordo com Boris Fausto, “Saquarema”, nos primeiros anos do Segundo Império, era o apelido dos conservadores. Havia uma cidade paulista de mesmo nome, onde os principais chefes do partido possuíam terras e se notabilizavam pelos desmandos eleitorais. “Luzia” era o apelido dos liberais, numa alusão a vila de Santa Luzia em Minas Gerais, onde ocorreu a maior derrota destes durante a Revolução de 1842. Cf: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.p. 180.
- ²² CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*.p. 57.
- ²³ Idem.p. 58.
- ²⁴ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955. p. 115-116.
- ²⁵ Idem. p. 116.
- ²⁶ Idem.p. 59.
- ²⁷ Idem.p. 60.
- ²⁸ Idem.p. 61.
- ²⁹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. V. 3. Ed. Fac- Similar. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 552.
- ³⁰ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955. p. 91-92.
- ³¹ Idem. p. 121.
- ³² Idem. p. 122.
- ³³ CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 67.
- ³⁴ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. p.124.
- ³⁵ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil*. Org. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- ³⁶ Idem. p.63.

-
- ³⁷ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.173.
- ³⁸ CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Introdução de Paulo Roberto de Almeida. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998.p. 84-86.
- ³⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 175-182.
- ⁴⁰ Idem. p.197.
- ⁴¹ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955.p. 168.
- SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955.p. 169.
- ⁴³ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955.p. 171-172.
- ⁴⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v. 209-111.
- ⁴⁵ DORATIOTO, Francisco F. M. *Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- ⁴⁶ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda. 1955.p.189.
- ⁴⁷ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012. p.140-1.
- ⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2º edição, 1998, p.107-132. p. 129.